

**REPUBLICAÇÃO DE EDITAL**

**Alteração de datas e descritivo do Anexo I**

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ - HUOP, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b> <b>0513/2024</b> <b>Número para localização no</b> <b>Comprasgov: 90513/2024</b> <b>TIPO: menor preço</b> <b>REGISTRO DE PREÇO</b> <b>UASG 926277</b></p>	<p><b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b>  <b>A partir das 09:00 horas do dia 06/06/2024</b>  Início da sessão / disputa de lances:  <b>09:00 horas do dia 18/06/2024</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
--	--

**1. OBJETO:**

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preço de **sistema de microscopia cirúrgica com vídeo angiografia e demais fluorescências para neurocirurgia, eletrocirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar-neurologia e eletrocirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar-urologia.** para atender a demanda do Centro Cirúrgico do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP..

**2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

2.1. O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 4.977.041,83.**

**3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

3.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.

3.2. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://huopforum.unioeste.br/index.php>.

3.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Cristiane Regina dos Santos Silva e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 1003/2024 - GRE, servidores(as) do setor de licitação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

E-mail: [huop.licitacoes@unioeste.br](mailto:huop.licitacoes@unioeste.br)

Telefones: 45 3321-5125, 3321-5486; 3321-5485

Whatsapp: informações sobre edital (pregoeiros) 45 3321-5125; informações sobre ata de registro de preço 45 3321-5370.

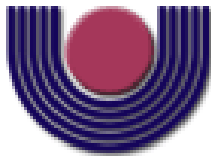
Endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, Cascavel - Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h às 12 h e das 12:30h às 16:30 h.

**4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

**4.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

4.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (até as 23:59 do dia 12/06/2024), através do endereço eletrônico



[huop.licitacoes@unioeste.br](mailto:huop.licitacoes@unioeste.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

**4.2.1.** As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por campo específico no sítio eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

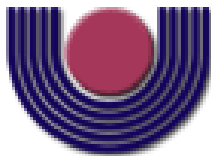
**4.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

**4.3.1.** No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/entrada.do>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

**5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**5.1.** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**5.2.** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



## CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

### 1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: valor máximo unitário

1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valor(es) unitário(s) máximo(s) fixados neste Edital.

### 2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: item

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s), serão desclassificadas.”

### 3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 90 dias, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital conforme CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO disposto no item 4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

### 4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### 5. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1. Considera-se inviável a divisão em cotas os produtos tendo em vista a necessidade técnica, e por ser um hospital de ensino e a variabilidade da apresentação dos dispositivos de uma mesma categoria e dentro de um mesmo período pode influenciar e prejudicar a linha de aprendizagem, gerar situações de risco ao paciente e por considerar que a instalação, fixação e manuseio para manutenção do produto podem sofrer variabilidade das técnicas aplicadas de acordo com fabricante/marca/modelo

### 6. AMOSTRA:

6.1. Conforme item 1.1.1 e 10.7.4 do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

6.2. Local de entrega da amostra:

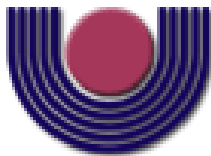
AMOSTRA – Pregão 0513/2024 - HUOP

Local: Setor de Licitação - Hospital Universitário do Oeste do Paraná

E-mail: [huop.licitacoes@unioeste.br](mailto:huop.licitacoes@unioeste.br) – Fone/WhatsApp: 45 -33215125

Logradouro Avenida Tancredo Neves, 3224

CEP 85806-470, Cidade Cascavel/PR



7. **GARANTIA:** conforme item 9.1.16 do Anexo I.

8. **CONSÓRCIO:**

8.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

9. **ANEXOS:**

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II - DOS DOCUMENTOS

Anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)

Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO

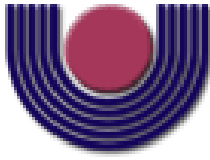
Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Anexo VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Anexo VIII - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Anexo IX - MINUTA DO CONTRATO



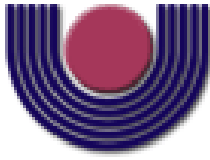
## CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

### 1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br), na página <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.
- 1.2. O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.gov.
- 1.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no Compras.gov.
- 1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica em sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### 2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.4. Recomenda-se a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (<http://www.comprasparana.pr.gov.br>), nos termos do Decreto Estadual n.º 9452 de 15 de maio de 2015.
- 2.5. Para a habilitação os interessados deverão estar com o cadastro no GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Governo do Estado do Paraná completo e não somente o simplificado, será habilitado com o simplificado, somente se for comprovado que o cadastro completo não foi finalizado devido a problemas no GMS. Link para o cadastro completo, <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.
- 2.6. No caso previsto no item 2.5, a proponente terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do cadastro completo, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, se não o fizer, decadência do direito à habilitação. Sendo a fase retornada no certame para o julgamento da proposta da próxima colocada.
- 2.7. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - A REALIZAÇÃO DO PREGÃO do presente Edital.
- 2.8. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
  - 2.8.1. tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
  - 2.8.2. constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.8.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
  - 2.8.3. tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.8.2;
  - 2.8.4. não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
  - 2.8.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou



atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.8.6.** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.8.6.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.8.7.** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.9.** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.10.** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.11.** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### 3. PROPOSTA INICIAL

**3.1.** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1.** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2.** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2.** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1.** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.2.2.** Juntamente com a proposta **é obrigatório o envio de declaração** constando todas as informações dispostas no modelo do Anexo V deste edital.

**3.3.** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1.** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5.** O(a) Pregoeiro(a), poderá verificar as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

**4.1.2.** Marca/modelo/referência;

**4.1.3.** Fabricante;

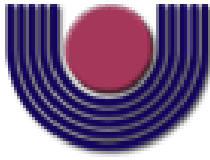
**4.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, **número do registro ou inscrição do bem no órgão competente**, quando for o caso.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, **quanto na etapa de lances**, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de**





**erro, omissão ou qualquer outro pretexto**, podendo sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.1.** Caso o proponente ofertar um lance equivocadamente e, no mesmo momento verificou o erro, há possibilidade da empresa ligar diretamente para o pregoeiro, através do telefone 45 3321-5125, solicitando e justificando o cancelamento do último lance, sendo que **somente poderá ocorrer a exclusão do lance se a fase de lance do item ainda não tiver sido concluída.**

**4.4.1.1.** **Caso não haja tempo hábil para o pregoeiro excluir o lance, a empresa deverá honrar com o lance ofertado sob pena de sofrer sanção conforme informa o item 4.4.**

**4.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (dias) a contar da data de sua apresentação.

**4.6.** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.1.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.1.1.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.1.1.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.2.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitação, sendo informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.4.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

**5.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.6.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

**5.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

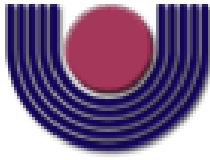
**5.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

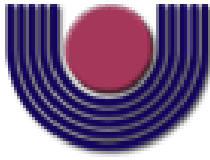


- 5.17.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 5.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.22.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.24.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.25.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.26.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.27.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.27.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.27.2.** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação conforme solicitado em edital.
- 5.27.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.27.2.
- 5.28.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 6.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.
- 6.3.** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

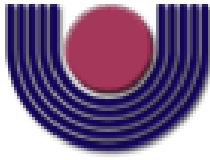




- 6.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, ou análise técnica, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema.
- 6.6.** É facultado ao pregoeiro solicitar a complementação da proposta e/ou de documentos de habilitação e/ou específicas do item, os quais deverão ser encaminhados, via sistema de licitação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.
- 6.7.** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 6.7.1.** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.7.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.8.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.9.** Serão avaliados os critérios estabelecidos no item 10. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO** do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA
- 6.9.1.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.
- 6.9.2.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa (Brasil), necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 6.9.3.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 6.9.4.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manipuladas, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica, não gerando direito a ressarcimento.
- 6.9.5.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras em conformidade não serão devolvidas aos proponentes, as consideradas não conformes deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (dias) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 6.10.** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.11.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III - ), os documentos de habilitação (conforme Anexo II - DOS DOCUMENTOS e do item 10. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO** do Termo de referência (Anexo I - ) até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.
- 7.2.** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (<https://www.gms.pr.gov.br/gms/loginUsuario.do?action=iniciarProcesso>), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 7.4.** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



**7.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1.** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1.** Deverá ser informada marca, modelo e referência, se for o caso, do produto ofertado. No caso de o descritivo exigir registro em órgão específico, o número do registro também deverá constar na proposta.

**8.1.2.** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

**8.1.3.** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.3.1.** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.4.** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.5.** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2.** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA.

## **9. OS RECURSOS**

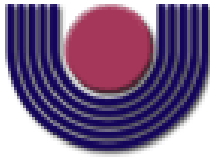
**9.1.** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecedente a adjudicação.

**9.1.1.** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2.** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.3.** A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.4.** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).



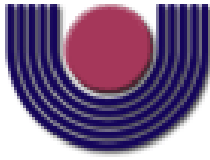
- 9.5.** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.
- 9.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 10.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
- 10.2.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 11.1.** Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) [ÓRGÃO/ENTIDADE/SETOR] convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 11.2.** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste Edital.
- 11.3.** Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
- 11.5.** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 11.6.** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.
- 11.7.** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.
- 11.8.** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.
- 11.8.1.** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.
- 11.8.2.** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
- 11.8.3.** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.



**11.8.4.** O transcurso do período citado no item 11.9.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## **12. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (CARONA)**

**12.1.** À adesão à ata de registro de preço será possível somente as unidades da Unioeste

**12.2.** As unidades da Unioeste que não participaram do processo, poderão aderir à ata de registro de preços, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**12.3.** A manifestação de interesse deverá ser encaminhada via e-protocolo para a PRAF/DIRCOM – Reitoria, através de ofício solicitando a adesão com detalhe das quantidades, valores, itens solicitados, informação de disponibilidade orçamentária e a justificativa da vantagem da adesão. Juntamente com ofício deve ser anexado a ata de registro de preço e o aceite do fornecedor.

**12.4.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**12.5.** As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**12.6.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**12.7.** Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

## **13. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**13.1.** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital ou entregar o objeto do processo licitatório conforme ordem de compra ou documento equivalente.

**13.2.** Para a assinatura do contrato ou emissão ordem de compra ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**13.3.** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

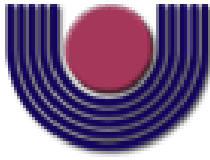
**13.4.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**13.5.** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 13.2 e 13.4 ou se recusar a assinar o contrato ou proceder a entrega do objeto conforme ordem de compra ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**13.5.1.** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo conforme código disciplinar para eventual aplicação de sanções administrativas.

**13.5.2.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a





celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**13.6.** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**13.7.** Antes de cada pagamento, o setor financeiro realizará consulta no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**14.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**14.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**14.9.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

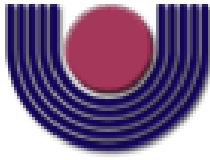
#### **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**15.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**15.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**15.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.



- 15.5.** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.
- 15.6.** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
- 15.7.** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
- 15.8.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 15.9.** O foro é o da Comarca da Cascavel, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Cascavel, 5 de junho de 2024.

**Rafael Muniz de Oliveira**  
Diretor Geral e Ordenador de Despesas  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná



**Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO****1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1.1.1. - 01-SISTEMA DE MICROSCOPIA CIRÚRGICA COM VÍDEO ANGIOGRAFIA E DEMAIS FLUORESCÊNCIAS PARA NEUROCIRURGIA, 01- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR-NEUROLOGIA-- 01- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR-UROLOGIA.** para atender a demanda do centro cirúrgico, conforme solicitação de compras n.º 106115 e especificações

Item	Cod. Tasy	Material	Qtde	VI Máximo Edital (unid)	VI total edital	A/C/B
01	<b>76755</b>	SISTEMA DE MICROSCOPIA CIRÚRGICA COM VÍDEO ANGIOGRAFIA E DEMAIS FLUORESCÊNCIAS PARA NEUROCIRURGIA	01	R\$ 3.977.790,53	R\$ 3.977.790,53	C
02	<b>76756</b>	- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR- <b>NEUROLOGIA</b>	01	R\$ 485.104,90	R\$ 485.104,90	C
03	<b>76757</b>	- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR- <b>UROLOGIA</b>	01	R\$ 514.146,40	R\$ 514.146,40	C
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 4.977.041,83</b>	

da planilha abaixo:

Tabela 1 – Dos itens

**- Item 01:**

SISTEMA DE MICROSCOPIA CIRÚRGICA COM VÍDEO ANGIOGRAFIA E DEMAIS FLUORESCÊNCIAS PARA NEUROCIRURGIA

-Corpo de Microscópio com zoom motorizado apocromático com fator 1:6 ou 6:1;

-Sistema de sistema de focalização automática, sem a necessidade de acionamento do botão de focalização no joystick;

-Objetiva variável com faixa mínima de ajuste entre 225mm ou menor à 600mm ou maior, sem troca de objetiva;

-Movimento XY motorizado controlado pelo joystick e pedal;

-Divisor de raios integrado para coobservação (Carona) com inclinação mínima entre 30 – 150°

-Sistema Frente à Frente com inclinação de 0-180°;

-Diafragma de campo luminoso com sistema de controle de abertura automático;

-Desbloqueio dos freios eletromagnéticos, controle do zoom, focalização XY, intensidade luminosa e navegação nas mãos através de Joystick multifuncional;

-Tela de no mínimo 24" 3D 4K integrada ou externa para visualização da imagem gerada pela câmera de vídeo;

-Controle das funções do aparelho e visualização dos valores da distância de trabalho, aumento (zoom) e intensidade luminosa, feitos através de tela touchscreen em braço articulado ou em painel no corpo do equipamento;

-Estativa de Solo com freios eletromagnéticos em todos os eixos, braço com extensão de pelo menos 1.730 mm, eixo central com rotação de 360 graus;

-Integração a rede hospitalar via interface LAN e Modem e DICOM;

-Sistema de Autobalanceamento automático;

-Sistema de Iluminação integrada com lâmpada de Xênon de no mínimo 300Watts com intensidade ajustável no joystick e lâmpada reserva Xênon de mesma potência com sistema semiautomático ou automático de troca de lâmpada;

-Ajuste automático da intensidade luminosa, com sistema de proteção para o paciente;

-Capa anti-poeira e protetor de lente;

-Cabo de ligação de rede e cabo de vídeo compatíveis com o sistema do microscópio;

-Ótica angulada para frente a frente;

-Pedal de comando que permita acionar no mínimo as seguintes funções: ajuste de intensidade, zoom, focalização e movimento X/Y;

-Câmera de vídeo com definição 3D de alta resolução totalmente integrada a cabeça ótica do microscópio;

-Sistema integrado de gravação de resolução mínima Full HD que permite armazenar imagens fixas e vídeo em resolução mínima Full HD com armazenamento

interno de no mínimo 1TB,

editar as imagens e vídeos e exportar através de 2 saídas USB;

-Tubo binocular inclinável de 0 a 180 graus para frente a frente;

-Oculares grande angular de 10x ou 12,5x com ajuste de dioptria entre +8 a -8 ou +5 a -5;

-Sistema de coobservação secundária (Carona) com inclinação de no mínimo 30 – 150° e rotação nos 3 eixos e giro de imagem de 360 graus.

-Sistema de Vídeo Angiografia Digital dentro do corpo do microscópio compatível com contraste Indocianina verde;

-Sistema de fluorescência investigativa compatível com contraste fluoresceína sódica; Possibilidade de instalação futura do sistema de fluorescência tumoral compatível com contraste 5-ala;

Sistema integrado de gravação em visualização mínima Full HD, feitos através de câmera integrada ao corpo do microscópio, que permita visualização em monitor da estativa e saída para visualização em monitor externo de alta resolução;

-Sistema de injeção de imagens que permite a visualização de imagens geradas por equipamentos externos na binocular principal.

- Alimentação elétrica bivolt automática;

- Integração com neuronavegação;

- DOCUMENTAÇÃO

- Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- AFE e Licença sanitária. (detentor do registro e proponente);
- Apresentar manual de instrução em língua portuguesa e catálogo;
- Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;
- Garantia mínima de 24 meses a partir da instalação do equipamento.
- Código br aproximado: 458424
- GMS: 6515.61937

- **Item 02:**

- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA

FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR (**NEUROCIRURGIA**)

CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO:

- Unidade eletro cirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar,

coagulação monopolar e bipolar, que possibilite a adaptação de um módulo de coagulação por plasma de argônio;

- Display digital colorido, manuseável por touchscreen de mínimo 8", que possibilita visualizar e alterar todos os parâmetros de potência elétrica do corte, coagulação monopolar ou bipolar, subdividida dentro da mesma;

- Botão frontal de liga / desliga, frequência nominal de no mínimo 350 kHz;

- Capacidade de 300 programas editáveis com mínimo 10 programas pré-estabelecidos de fábrica;

- Sistema de dosagem automático de regulação de potência entregue ao tecido e sistema de segurança contra operação incorreta com leitura de impedância tecidual constante;

- Dosagem de saída de potência elétrica de forma automática para todas as

técnicas de corte e coagulação de acordo com a impedância tecidual;

- Sistema de segurança de placa neutra, que monitora o eletrodo neutro, verificação automática da placa do paciente, checagem automática de conexão da placa do paciente (plugue e cabo) com checagem da impedância em tempo real, checagem da orientação otimizada da placa do paciente;

- Ativação das funções de corte e coagulação pelo pedal, possível, com botão específico que possibilita a escolha entre dois subprogramas pré configurados;

com segurança de acordo com as normas internacionais IP X8 e AP;

- Atribuição de pedal de acionamento conforme tomada de saída escolhida;

- Diferenciação sonora e por cores durante funcionamento de corte e coagulação;

- Comandável por caneta e por pedal em corte e coagulação monopolar ou bipolar;

- No mínimo 05 (cinco) Plugs / Soquetes, distribuídos da seguinte forma:

- 02 (dois) Plugs multifuncionais incluindo padrão três pinos;

- 02 (dois) Plugs padrão bipolar (No mínimo);

- 01 (um) plug para conexão de placa de paciente, quando da utilização de instrumentos monopolares;

- Programação integrada e conexão UART ou WLAN para comunicação para serviços técnicos;

- Processadores digitais de última geração que trazem uma rápida regulagem;

- Sistema de uso guiado e orientado para os instrumentos e modos cirúrgicos.

#### MONTAGEM:

Em carro de transporte, vertical, com todos os equipamentos sob o mesmo carro;

#### CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO:

- Equipamentos montados em carro de transporte;

- Faixa de funcionamento:

- Corrente de entrada mínima de 5A/0,2A;

- Operação em rede elétrica de 100-120V ou 200-240 volts – 50-60 Hertz;

- Frequência nominal do gerador de alta frequência de 350KHz;

- Tipos de controle: Touchscreen

- Modo de indicação e registro dos parâmetros:

- Programação salva com os nomes dos procedimentos e indicações e parâmetros de acordo com os respectivos procedimentos como por exemplo Polipectomia, Mucosectomia, ESD, POEM e outros necessários na Endoscopia.

#### MODOS DE CORTE MONOPOLAR

- Corte puro com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo de 0,1W, que vai de 400W a, no mínimo 200 Ohms de carga nominal, com no mínimo 9 escalas de efeito, utilizando uma tensão de forma sinusoidal constante de pico de 400 até 750Volts;
- Corte seco com potência máxima de saída regulável em passos de, no mínimo, 0,1W, que vai até mínimo 200W a 200 Ohms de carga nominal, com no mínimo 9 efeitos, utilizando uma tensão de forma sinusoidal de pico que vai de 1400 até 1600 Volts;
- Dois (02) cortes endoscópicos com potência máxima de saída regulável em passos de 1w, até 400W a 500 ohm de carga nominal, com várias escalas de efeito, e ciclos com fase corte e coagulação.

#### MODOS DE CORTE BIPOLAR

- Corte Puro com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W, que vai até 200 W a mínimo 75 de carga nominal, com no mínimo 9 escalas de efeito ou efeito via medição de impedância, utilizando uma tensão de pico que vai até mínimo 400 Volts;
- Corte de ressecção bipolar com potência mínima de saída de 250 W a 75 Ohms de carga nominal, com no mínimo 3 escalas de efeito.

#### MODOS DE COAGULAÇÃO MONOPOLAR;

- Coagulação forçada monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até no mínimo 120W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 9 níveis de efeito;
- Coagulação suave monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até 120W, a 75 ohm de carga nominal, ou mais;
- Coagulação forçada mista monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal;
- Coagulação em spray monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 4 escalas de efeito;

#### MODOS DE COAGULAÇÃO BIPOLAR;

- Coagulação forçada bipolar com potência de saída regulável em passos de, no mínimo 0,1w, que vai até mínimo 100W, com efeito regulado via medição de impedância.
- Coagulação suave bipolar com potência de saída regulável em passos de, no mínimo 0,1w, que vai até mínimo 120W.
- Coagulação bipolar laparoscópica ou Modo de selagem com potência de saída regulável de até mínimo 150W com no mínimo duas escalas de efeito ou medição por impedância do tecido.

- Condições ambientais para transporte e armazenamento da unidade
- Temperatura -20°C a +50°C
- Umidade relativa 0%-90%, sem condensação
- Condições ambientais para operar a unidade
- Temperatura +10°C a +40°C
- Umidade relativa 30%-75%, sem condensação.

ACESSÓRIOS:

- 01 (um) cabo de conexão monopolar;
- 01 (um) caneta monopolar, autoclavável para no mínimo 300X validado pela fábrica, conexão 4mm, aproximadamente 145mm;
- 01 (um) cabo de conexão bipolar;
- 01 (um) cabo para placa neutra de paciente;
- 01 (um) pedal duplo para unidade eletrocirúrgica, com função de troca de modo cirúrgico;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 160mm(+/- 10mm) x 0,3mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 180mm (+/- 10mm) x 0,3mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm(+/- 10mm) x 0,3mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm(+/- 10mm) x 0,3mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 160mm (+/- 10mm) x 0,6mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 180mm(+/- 10mm) x 0,6mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm(+/- 10mm) x 0,6mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm (+/- 10mm) x 0,6mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 180mm (+/- 10mm) x 1,0mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm (+/- 10mm) x 1,0mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm(+/- 10mm) x 1,0mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 240mm(+/- 10mm) x 1,0mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm (+/- 10mm) x 2,0mm(+/- 0.2mm);;
- 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm(+/- 10mm) x 2,0mm(+/- 0.2mm);;



- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Agulha, reto, 1,0mm(+/- 0.2mm);;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Agulha, angulado 45 graus, 1,0mm(+/- 0.2mm);
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, reto, 2,0mm;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, angulado 45 graus, 2,0mm;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, reto, 4,0mm;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, angulado 45 graus, 4,0mm;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, reto, 6,0mm;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 5,0mm;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 10,0mm;
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 14,0mm(+/- 1mm);
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 17,0mm(+/- 3mm);
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Placa angulada, reto, 8,0mm ou Similar
- 05 (Cinco) Eletrodo tipo Placa angulada, reto, 10,0mm ou similar
- DOCUMENTAÇÃO
- Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- AFE e Licença sanitária. (detentor do registro e proponente);
- Apresentar manual de instrução em língua portuguesa BRASIL, e catálogo;
- Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;
- Garantia mínima de 12 meses a partir da instalação do equipamento.
- Código br aproximado: 470959
- GMS: 6515 - 48224

**- Item 03:**

- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA  
FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR (**UROLOGIA**)  
CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO:

- Unidade eletro cirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar, coagulação monopolar e bipolar, que possibilite a adaptação de um módulo de coagulação por plasma de argônio;

- Display digital colorido, manuseável por touchscreen de mínimo 8", que possibilita visualizar e alterar todos os parâmetros de potência elétrica do corte, coagulação monopolar ou bipolar, subdividida dentro da mesma;
- Botão frontal de liga / desliga, frequência nominal de no mínimo 350 kHz;
- Capacidade de 300 programas editáveis com mínimo 10 programas pré-estabelecidos de fábrica;
- Sistema de dosagem automático de regulação de potência entregue ao tecido e sistema de segurança contra operação incorreta com leitura de impedância tecidual constante;
- Dosagem de saída de potência elétrica de forma automática para todas as técnicas de corte e coagulação de acordo com a impedância tecidual;
- Sistema de segurança de placa neutra, que monitora o eletrodo neutro, verificação automática da placa do paciente, checagem automática de conexão da placa do paciente (plugue e cabo) com checagem da impedância em tempo real, checagem da orientação otimizada da placa do paciente;
- Ativação das funções de corte e coagulação pelo pedal, possível, com botão específico que possibilita a escolha entre dois subprogramas pré configurados;

com segurança de acordo com as normas internacionais IP X8 e AP;

- Atribuição de pedal de acionamento conforme tomada de saída escolhida;
- Diferenciação sonora e por cores durante funcionamento de corte e coagulação;
- Comandável por caneta e por pedal em corte e coagulação monopolar ou bipolar;
- No mínimo 05 (cinco) Plugs / Soquetes, distribuídos da seguinte forma:
- 02 (dois) Plugs multifuncionais incluindo padrão três pinos;
- 02 (dois) Plugs padrão bipolar (No mínimo);
- 01 (um) plug para conexão de placa de paciente, quando da utilização de instrumentos monopolares;
- Programação integrada e conexão UART ou WLAN para comunicação para serviços técnicos;
- Processadores digitais de última geração que trazem uma rápida regulação;
- Sistema de uso guiado e orientado para os instrumentos e modos cirúrgicos.

#### MONTAGEM:

Em carro de transporte, vertical, com todos os equipamentos sob o mesmo carro;

#### CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO:

- Equipamentos montados em carro de transporte;
- Faixa de funcionamento:
- Corrente de entrada de no mínimo 5A/0,2A;

- Operação em rede elétrica de 100-120V ou 200-240 volts – 50-60 Hertz;
- Frequência nominal do gerador de alta frequência de 350KHz;
- Tipos de controle: Touchscreen
- Modo de indicação e registro dos parâmetros:
- Programação salva com os nomes dos procedimentos e indicações e parâmetros de acordo com os respectivos procedimentos como por exemplo Polipectomia, Mucosectomia, ESD, POEM e outros necessários na Endoscopia.

#### MODOS DE CORTE MONOPOLAR

- Corte puro com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo de 0,1W, que vai de 400W a, no mínimo 200 Ohms de carga nominal, com no mínimo 9 escalas de efeito, utilizando uma tensão de forma sinusoidal constante de pico de 400 até 750Volts;
- Corte seco com potência máxima de saída regulável em passos de, no mínimo, 0,1W, que vai até mínimo 200W a 200 Ohms de carga nominal, com no mínimo 9 efeitos, utilizando uma tensão de forma sinusoidal de pico que vai de 1400 até 1600 Volts;
- Dois (02) cortes endoscópicos com potência máxima de saída regulável em passos de 1w, até 400W a 500 ohm de carga nominal, com várias escalas de efeito, e ciclos com fase corte e coagulação.

#### MODOS DE CORTE BIPOLAR

- Corte Puro com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W, que vai até 200 W a mínimo 75 de carga nominal, com no mínimo 9 escalas de efeito ou efeito via medição de impedância, utilizando uma tensão de pico que vai até mínimo 400 Volts;
- Corte de ressecção bipolar com potência mínima de saída de 250 W a 75 Ohms de carga nominal, com no mínimo 3 escalas de efeito.

#### MODOS DE COAGULAÇÃO MONOPOLAR;

- Coagulação forçada monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até no mínimo 120W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 9 níveis de efeito;
- Coagulação suave monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até 120W, a 75 ohm de carga nominal, ou mais;
- Coagulação forçada mista monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal;
- Coagulação em spray monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de no mínimo 0,1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 4 escalas de efeito;

#### MODOS DE COAGULAÇÃO BIPOLAR;

- Coagulação forçada bipolar com potência de saída regulável em passos de, no mínimo 0,1w, que vai até mínimo 100W, com efeito regulado via medição de impedância.

- Coagulação suave bipolar com potência de saída regulável em passos de, no mínimo 0,1w, que vai até mínimo 120W.
- Coagulação bipolar laparoscópica ou Modo de selagem com potência de saída regulável de até mínimo 150W com no mínimo duas escalas de efeito ou medição por impedância do tecido.

#### SEGURANÇA:

- Condições ambientais para transporte e armazenamento da unidade
- Temperatura -20°C a +50°C
- Umidade relativa 0%-90%, sem condensação
- Condições ambientais para operar a unidade
- Temperatura +10°C a +40°C
- Umidade relativa 30%-75%, sem condensação.

#### ACESSÓRIOS:

01 - Um uretero-renoscópio com excelente resolução de imagem e luminosidade de alta tecnologia, comprimento de trabalho útil aproximado de 425 mm, distal mínimo = 6Fr, canais de trabalho mínimo 4 Fr ou mínimo 2.2Fr, permitindo uso de dois instrumentos simultâneos, 02 portas para irrigação/aspiração, ângulo de visão mínimo 6 °, estojo de esterilização em policarbonato ou material superior autoclavável a 134°.

02- Óticas para cistoscopia, 30°, comprimento útil 300mm x 4mm de diâmetro, autoclavável., 02 (dois) estojos de esterilização em policarbonato ou material superior autoclavável a 134°.

01-Camisa endoscópica para Cistoscopia, obturador, com duas torções , 21Fr;

01-Peça guia com 01 canal de trabalho.

01-Pinça para biópsia flexível aproximadamente 370 mm x 7 Fr;

01-Pinça para corpo estranho flexível aproximadamente 370 mm x 7 Fr;

01-Tesoura flexível aproximadamente 370 mm x 7 Fr;

02- Estojos para esterilização em policarbonato ou material superior autoclavável a 134°.

01-Elemento de trabalho passivo bipolar para cirurgia endoscópica com solução Salina.

01-Camisa ressectoscópica bipolar, interna/externa de fluxo contínuo, rotatória, 26Fr, com obturador.

01-Cabo de diatermia.

- DOCUMENTAÇÃO
- Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

- AFE e Licença sanitária. (detentor do registro e proponente);
- Apresentar manual de instrução em língua portuguesa BRASIL, e catálogo;
- Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;
- Garantia mínima de 12 meses a partir da instalação do equipamento.
- Código br aproximado: 470959

-GMS: 6515 - 48224

#### **1.1.2. Classificação dos bens e serviços comuns:**

**1.1.2.1.** Observa-se que o(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelo que estão aptos a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins. Os atributos essenciais do objeto, possuem forma objetiva e uniforme, cujas características tendem a padronização e invariáveis ou então, sujeitas a diferenças mínimas.

#### **1.1.3. Da padronização**

**1.1.3.1.** Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

#### **1.1.4. Memória de cálculo:**

Item	Cod. Tasy	Detalhamento	Histórico / demanda solicitada	Reserva técnica (se couber)	Total a ser adquirido
01	76755	SISTEMA DE MICROSCOPIA CIRÚRGICA COM VÍDEO ANGIOGRAFIA E DEMAIS FLUORESCÊNCIAS PARA NEUROCIRURGIA	HUOP não dispõe deste tipo de equipamento	0	01
02	76756	- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR- <b>NEUROLOGIA</b>	HUOP não dispõe deste tipo de equipamento	0	01
03	76757	- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR- <b>UROLOGIA</b>	HUOP não dispõe deste tipo de equipamento	0	01
Total				0	03

**1.1.5. Critério de aceitabilidade de preços utilizado:****1.1.5.1.** Valor unitário..**1.1.6. Proposta parcial:****1.1.6.1.** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.**2. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que o Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) é referência, porta aberta para emergências/urgências para toda a macrorregião. O HUOP tem em média 298 leitos, destes 85 são leitos de UTI e 213 são leitos de enfermaria, e os serviços hospitalares prestados pelo HUOP atingem uma gama extensa de ações assistenciais na área da saúde.

Considerando Memorando 224/2023-DG, com prospecção de aumento do número de leitos, tendo em vista inauguração da obra Materno Infantil, que contará com aproximadamente 168 (cento e sessenta e oito) leitos. Visto que haverá ampliação de mais 10 (dez) leitos de UTI adulto, 44 (quarenta e quatro) leitos de enfermaria, 06 (seis) salas cirúrgicas, 04 (quatro) salas de recuperação pós-anestésica e ampliação da central de materiais estéreis.

É a referência regional em alta complexidade nas áreas de gestação de alto risco, traumatologia, urologia, cirurgia vascular e neurologia, realiza cirurgias eletivas e de urgência.

Tendo em vista dois fatores primordiais, o atendimento emergencial a pacientes politraumatizados graves e instáveis, para proporcionar assim condições adequadas de contínuo atendimento, servindo aos pacientes com excelência, abrangendo a 10ª Regional de Saúde/macrorregião Oeste.

Um **sistema de microscopia cirúrgica com vídeo angiografia e outras fluorescências** é uma ferramenta avançada usada em neurocirurgia para auxiliar os cirurgiões durante procedimentos delicados no cérebro e na medula espinhal. Esse sistema oferece uma visão ampliada e detalhada das estruturas cerebrais e nervosas, permitindo uma intervenção cirúrgica mais precisa e segura.

Aqui estão algumas características e benefícios desse tipo de sistema:

1. **Microscopia Cirúrgica:** O sistema de microscopia cirúrgica proporciona uma visão ampliada e nítida das estruturas anatômicas durante a cirurgia. Isso permite que os cirurgiões visualizem com



precisão as áreas de interesse e realizem procedimentos com maior exatidão.

2. **Vídeo Angiografia:** A vídeo angiografia é uma técnica que permite aos cirurgiões visualizarem a circulação sanguínea em tempo real durante a cirurgia. Isso é especialmente útil em neurocirurgia, onde o controle do fluxo sanguíneo é crucial para evitar complicações como hemorragias ou isquemias.
3. **Fluorescências Específicas:** Alguns sistemas de microscopia cirúrgica também podem incluir a capacidade de detectar fluorescências específicas, como a fluorescência do tumor ou fluorescência de agentes de contraste. Isso pode ajudar os cirurgiões a identificar e diferenciar tecidos tumorais, áreas isquêmicas ou outras regiões de interesse durante a cirurgia.
4. **Navegação Avançada:** Muitos desses sistemas integram tecnologias de navegação avançada, permitindo que os cirurgiões visualizem imagens pré-operatórias, planejem trajetórias e localizem com precisão as áreas-alvo durante a cirurgia.
5. **Integração com Outras Tecnologias:** Esses sistemas podem ser integrados com outros equipamentos cirúrgicos, como sistemas de neuronavegação, endoscópios e dispositivos de monitoramento fisiológico, para fornecer uma abordagem cirúrgica abrangente e personalizada. Em resumo, um sistema de microscopia cirúrgica com vídeo angiografia e outras fluorescências é uma ferramenta valiosa que permite aos neurocirurgiões realizar procedimentos com maior precisão, segurança e eficácia, melhorando os resultados para os pacientes.

Os equipamentos em questão, serão adquiridos para uso de cirurgias neurológicas uma vez que o equipamento atual está obsoleto, e que o mercado não dispõe de peças para sua manutenção; e no que tange aos bisturis eletrônicos de alta frequência para neurologia e urologia, o HUOP não dispõe destes; que são primordiais em cirurgias mais delicadas, onde é importante evitar danos aos tecidos circundantes.

Para a **neurocirurgia**, onde a precisão e o controle são essenciais, o uso de uma **unidade eletrocirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar-neurologia**, pode ser muito importante. Ele permite que os cirurgiões realizem **cortes delicados em tecidos neurais sem causar danos excessivos aos tecidos circundantes**.

Uma unidade eletrocirúrgica é um instrumento essencial na prática da urologia, permitindo aos cirurgiões realizar procedimentos com precisão e controle. Uma unidade eletrocirúrgica de alta frequência para urologia oferece capacidades tanto para corte monopolar quanto bipolar, atendendo às necessidades específicas desse campo médico.

Na urologia, a **unidade eletrocirúrgica** é usado em uma variedade de procedimentos, como:

1. **Ressecção transuretral da próstata (RTUP):** Este é um procedimento comum para tratar o aumento benigno da próstata. A **unidade eletrocirúrgica** é usada para cortar e remover tecido prostático excessivo, ajudando a aliviar os sintomas urinários associados à condição.
2. **Cistolitotomia:** Este procedimento envolve a remoção de cálculos (pedras) da bexiga usando um instrumento endoscópico. A **unidade eletrocirúrgica** pode ser usada para auxiliar na remoção de cálculos grandes ou para auxiliar na incisão da parede da bexiga, se necessário.
3. **Nefrectomia parcial ou radical:** Em casos de câncer renal ou outras condições graves, pode ser necessário remover total ou parcialmente um dos rins. A **unidade eletrocirúrgica** é frequentemente utilizada para dissecar e controlar o sangramento durante esses procedimentos.
4. **Prostatectomia radical:** Este procedimento é realizado para tratar o câncer de próstata. A **unidade eletrocirúrgica** é utilizada para cortar tecidos durante a remoção da próstata e tecidos circundantes.

A capacidade de operar em modo monopolar e bipolar permite aos cirurgiões urológicos uma maior flexibilidade durante os procedimentos. O modo monopolar é frequentemente usado para cortes mais profundos e remoção de tecido, enquanto o modo bipolar é mais adequado para procedimentos mais delicados, nos quais o controle preciso do sangramento é essencial.

### 3. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO/OBJETO

3.1. O objeto será licitado por item.

### 4. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) - LEI 123/2006 (cota 25%):

4.1.1. Os itens do processo não são passíveis de divisão considerando

Considera-se inviável a divisão em cotas os produtos tendo em vista a necessidade técnica, e por ser um hospital de ensino e a variabilidade da apresentação dos dispositivos de uma mesma categoria e dentro de um mesmo período pode influenciar e prejudicar a linha de aprendizagem, gerar situações de risco ao paciente e por considerar que a instalação, fixação e manuseio para manutenção do produto podem sofrer variabilidade das técnicas aplicadas de acordo com fabricante/marca/modelo

### 5. PESQUISA DE PREÇOS

5.1. Os valores máximos constam no item 1.1.1 - Tabela de itens/lotes.

5.2. O mapa de formação de preço foi realizado conforme avaliação do gestor dos itens, fundamentado no Art. 368 do Decreto Estadual 10086/2022 que regulamenta a Lei Federal 14133/2021 e consta no e-protocolo.

5.3. As fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s) foram:

#### 5.3.1. Parâmetros adotados:

5.3.1.1. Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços

5.3.1.2. Preços constantes de banco de preços e homepages

5.3.1.3. Preços obtidos no BPS – base SIASG

5.3.1.4. Preços obtidos no Sistema Comprasnet

5.3.1.5. Escolher um item.

5.3.1.6. Escolher um item.

5.3.1.7. Escolher um item.

5.3.1.8. Escolher um item.

5.3.1.9. Escolher um item.

5.4. Nesta cotação, aplicam-se as a **média dos fornecedores consideráveis** como ferramentas estatísticas para o tratamento dos dados.

### 6. SUSTENTABILIDADE

6.1. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

6.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**6.1.5.** Logística reversa: A destinação correta e logística reversa está descrita no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HUOP.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

- 7.1.** Prazo de entrega/realização do serviço: Conforme item 8.
- 7.2.** Horário de entrega do produto/ realização do serviço: Conforme item 8.
- 7.3.** Condições de entrega do produto/serviço: Conforme item 8.
- 7.4.** Prazo de validade do produto: Conforme item 8.7.
- 7.5.** Prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos: Conforme item 16.
- 7.6.** Garantia do produto/serviço: Conforme item 9.1.16.
- 7.7.** Manutenção e à assistência técnica: Conforme item 9.
- 7.8.** Capacitação: Conforme item 9.1.15.
- 7.8.1.** Forma de contratação: licitação (registro de preço)
- 7.8.2.** Modalidade de licitação: pregão
- 7.8.3.** Critério de julgamento: menor preço
- 7.8.4.** Abrangência: nacional
- 7.8.5.** Modo de disputa: aberto
- 7.8.6.** Parcelamento ou não da solução: O objeto será parcelado em
  - Por item.
- 7.8.7.** Instrumento de contratação: contrato e ordem de compra;
- 7.8.8.** Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances: 0,5%

## **8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO**

- 8.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por - igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
  - 8.2.** Após a assinatura da Ata, para solicitação dos equipamentos, será emitida uma ordem de compra e um contrato de garantia do equipamento.
  - 8.3.** Fornecimento será com entrega única.
  - 8.4.** A entrega dos equipamentos, terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.
  - 8.5.** A entrega deverá ser realizada no Hospital Universitário. Avenida Tancredo Neves, 3224 – Bairro Santo Onofre –Setor de patrimônio- fone (45) 3321-5343, e, instalados no Centro cirúrgico – CEP 85806-470 – Cascavel – Paraná.
  - 8.6.** Os produtos deverão ser novos, entregues em embalagens originais, estarem dentro das especificações em edital, atestados e instalados no Centro cirúrgico/HUOP.
    - Horário de entrega/realização do serviço: A entrega deverá ser realizada no período das 09h às 15h, de segunda à sexta-feira exceto finais de semana e feriados.
- E-mail: huop.patrimonio@unioeste.br
- 8.7.** O prazo de validade, na data da entrega deverá ser de conforme especificado no item 1.1.1.
  - 8.8.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
  - 8.9.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado

para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.10.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**8.10.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**8.11.** Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**8.12.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**8.13.** A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição.

**8.14.** Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

## **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

### **9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**9.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**9.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**9.1.4.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.1.5.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**9.1.6.** manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.1.7.** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**9.1.7.1.** a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

**9.1.8.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.1.9.** o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa

responsabilidade.

**9.1.10.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**9.1.10.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**9.1.10.2.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**9.1.10.3.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**9.1.10.4.** prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**9.1.11.** atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital

**9.1.12.** realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020

**9.1.13.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**9.1.14.** se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

**9.1.15. Capacitação:**

A empresa contemplada, responsável pelo equipamento, deverá realizar treinamento avançado em loco, no mínimo 40h, capacitação poderá ocorrer com no mínimo 3 dias de duração, atendendo aos turnos matutino, vespertino e noturno, posterior a instalação do equipamento. Os horários serão definidos junto ao setor de Educação Continuada e ao gestor do contrato.

A contratada poderá ainda ser acionada pelo HUOP para novas capacitações para o uso dos equipamentos sempre que julgar necessário.

A capacitação e instalação, deverá ser executada por profissional habilitado, sendo que todos os custos dela decorrente, como transportes, acomodação, alimentação, e o necessário para instalação, serão da competência exclusiva da contratada.

**9.1.16. Garantia do produto/serviço:**

- São os informados no item 1.1.1; para os equipamentos e todos os seus acessórios; a partir da instalação. A Garantia compreende todas as intervenções técnicas necessárias para o funcionamento da Solução dos equipamentos citados, nas condições previstas nas especificações técnicas do equipamento, normas, legislações e condições deste edital.

Para os equipamentos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas as das instaladas em fábrica.

Garantia integral de instalação, partes, peças e acessórios (consumíveis ou não) pelo período indicado no item 1.1.1, para os equipamentos e seus periféricos, a contar da instalação do equipamento.

Os testes de aceitação do equipamento são os que comprovam objetivamente as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência. Os testes de aceitação deverão ser conduzidos, pela equipe técnica responsável pela unidade funcional, com participação do fiscal técnico do contrato e representante da contratada para acompanhamento.

As peças substituídas no período da garantia, indicado no item 1.1.1, deverão ser novas e originais do fabricante, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.

As partes, peças e acessórios que forem substituídos durante o período de garantia terão garantia estendida até o prazo da vigência do Termo de Garantia, não se estendendo por além dos meses pactuados, salvo nos casos de descumprimento de disponibilidade do equipamento como definido neste Termo de Referência.



Fica a CONTRATADA responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos e peças, pelo período indicado no item 1.1.1, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças que se fizerem necessárias, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE beneficiário da aquisição decorrente desta aquisição.

Fica a CONTRATADA responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos e peças, pelo período indicado no item 1.1.1, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças que se fizerem necessárias, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE beneficiário da aquisição decorrente desta aquisição.

No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, no caso de não ser possível o conserto, desde que aprovado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá realizar atualizações mandatórias e sem custos de versão dos softwares (sistema de controle, sistema operacional e drivers) durante todo o período de garantia.

A CONTRATADA deverá garantir que os equipamentos e softwares, estejam livres de defeitos pelo período indicado no item 1.1.1; a partir da data de instalação dos equipamentos e corrigir os defeitos, sem custos de partes, peças, acessórios, software, viagens ou horas técnicas de trabalho, para equipamentos por ela fornecidos da mesma marca.

A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento de todos os softwares a serem utilizados por todos os sistemas e equipamentos fornecidos.

Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA o transporte do equipamento até o local de instalação na Unidade Hospitalar.

A CONTRATADA deverá garantir a qualquer tempo, sem custo a CONTRATANTE, à disponibilidade de manuais Técnicos de resolução de problemas, manuais de instrução de operação, senhas de acesso, nos níveis em que a CONTRATANTE foi treinada, e demais dados técnicos dos equipamentos ofertados.

A CONTRATADA certifica e garante que o equipamento atende ou excede as disposições aplicáveis dos requisitos legais, regulatórios e normativos de segurança e eficácia. Caso as referidas leis, regulamentos e normas não sejam cumpridos, a CONTRATADA deverá corrigir as deficiências por recursos próprios.

#### **9.1.17. Comodato:**

##### **9.1.17.1. Não se aplica**

#### **9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**9.2.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**9.2.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.2.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.2.4.** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 99/2023 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).

**9.2.5.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**9.2.6.** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**9.2.7.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**9.2.8.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**9.2.9.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos



prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**9.2.10.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**9.2.11.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

**10.2.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**10.3.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**10.4.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**10.5.** A análise de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista será efetuada concomitantemente com a análise técnica da proposta e documentação técnica.

**10.6.** As exigências da habilitação técnica, tanto para a qualificação do licitante quanto para a qualificação dos itens, bem como os certificados de capacidade técnica, se aplicáveis, estão devidamente descritos abaixo:

### **10.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**10.7.1.** As documentações abaixo deverão ser apresentadas juntamente com a proposta da empresa após a etapa de lances para possibilitar a qualificação técnica do proponente e dos itens conforme constante abaixo:

#### **10.7.2. Para qualificação do proponente:**

\_ Dos documentos de habilitação técnica do proponente e detentor do registro.

Os dados da proponente, apresentados na proposta devem coincidir com o disposto nos documentos técnico solicitados no item. Serão avaliados os itens: razão social, CNPJ, endereço e natureza da atividade para qual a empresa está habilitada. Podem ser utilizados como fontes de consulta outros documentos ofertados na habilitação jurídica da empresa.

**Autorização de Funcionamento (AFE) do proponente** expedida pelo Ministério da Saúde, exigência da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; demais legislações pertinentes: Portaria nº 2.814, de 29 de maio de 1998, republicada em 18 de novembro de 1998, Portaria 802, de 08 de outubro de 1998, republicada em 07 de abril de 1999, Lei Federal 13043/2014 - Capítulo II, art. 99, 100 e anexo II.

**Licença Sanitária atualizada do proponente** emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, dentro da validade.

Estando a licença vencida, deverá apresentar protocolo da solicitação de revalidação, acompanhada da licença vencida.

Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de Protocolo. Autorização de Funcionamento da proponente emitida pela ANVISA conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA), perfeitamente legível e destacada. Disponível em: Acessado em: 25 ago. 2017a.

### 10.7.3. Para qualificação dos itens:

**Registro / Cadastro/ Notificação do Produto / Equipamento no Ministério da Saúde** conforme Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências e suas alterações, para os itens considerados produtos para a saúde, inclusive para produtos importados. Disponível em: Acessado em: 25 ago. 2017a. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico: [http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta\\_Produto\\_correlato/consulta\\_correlato.asp](http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto_correlato/consulta_correlato.asp) ou cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação; estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. Somente serão aceitos protocolos de revalidação do registro com data mínima de 6 (seis) meses antes do seu vencimento, considerando dia, mês e ano, de acordo com o § 6º do art. 12 da Lei nº 6360/76.

- Para os produtos para a saúde dispensados de registro e cadastro, as empresas deverão apresentar cópia do respectivo ato formal de dispensa de registro, conforme as Resoluções da diretoria colegiada e alterações (RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001; RDC nº 207, de 17 de novembro de 2006; e RDC nº 40, de 26 de outubro de 2015) da ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

**Autorização de Funcionamento (AFE) do fabricante/detentor do registro** expedida pelo Ministério da Saúde, exigência da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; demais legislações pertinentes: Portaria nº 2.814, de 29 de maio de 1998, republicada em 18 de novembro de 1998, Portaria 802, de 08 de outubro de 1998, republicada em 07 de abril de 1999, Lei Federal 3043/2014 - Capítulo II, art. 99, 100 e anexo II.

**Licença Sanitária atualizada do detentor do registro/fabricante** emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, dentro da validade.

Estando a licença vencida, deverá apresentar protocolo da solicitação de revalidação, acompanhada da licença vencida.

Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de Protocolo. Autorização de Funcionamento da proponente emitida pela ANVISA conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA), perfeitamente legível e destacada. Disponível em: Acessado em: 25 ago. 2017a.

**Manual técnico** do equipamento em língua portuguesa (Brasil);

**Catálogo do produto proposto** com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros);

Os catálogos e manuais na língua portuguesa (Brasil) deverão ser apresentados legíveis, com a indicação do produto em oferta.

**10.7.3.1.** Quanto aos critérios da habilitação técnica, será considerado aprovado o produto/serviço que atender aos seguintes critérios técnicos:

**10.7.3.2.** Conformidade da:

10.7.3.2.1. proposta com as especificações do edital;

10.7.3.2.2. catálogo ou bula do produto proposto com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros), se exigido no item 1.1.1;

10.7.3.2.3. documentação técnica apresentada com a solicitada;

10.7.3.2.4. dos documentos de habilitação técnica do proponente. Os dados da proponente apresentados

na proposta devem coincidir com o disposto nos documentos técnico solicitados no item 10.7.2. Serão avaliados os itens: razão social, CNPJ, endereço e natureza da atividade para qual a empresa está habilitada. Podem ser utilizados como fontes de consulta outros documentos ofertados na habilitação jurídica da empresa.

10.7.3.2.5. - Inexistência de notificações técnicas junto ao HUOP e a ANVISA;

10.7.3.2.6. - Conformidade com as normas regulamentadoras.

10.7.3.2.7. Ausência de alerta de restrição na ANVISA ou mesmo na Tecnovigilância (vigilância de produtos) do HUOP, no caso de produtos para saúde;

#### **10.7.4. Para aprovação da amostra**

- Não se aplica.

### **11. FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1.** As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.2.** O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

**11.3.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.4.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.4.1.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.5.** No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**11.6.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

**11.6.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

### **12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado. A previsão dos recursos orçamentários com a indicação de rubricas não está prevista neste processo, uma vez que se trata de um registro de preço, conforme estabelecido no Art. 55, inciso V do Decreto Estadual 10.086/2022.

### **13. VIGÊNCIA**

**13.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

### **14. DO REAJUSTAMENTO**

**14.1.** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

**14.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**14.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**14.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**14.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### **15. SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não será admitida a subcontratação.

### **16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**16.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando que Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

### **17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**17.1.** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

**17.1.1.** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**17.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**17.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**17.2.** A alteração subjetiva a que se refere o item 17.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

### **18. DA EQUIPE TÉCNICA**

**18.1.** A equipe técnica poderá diligenciar e ou solicitar documentação complementar que comprove a regularidade do proponente e do fabricante/detentor do registro.

**18.2.** A equipe técnica poderá solicitar o envio do Catálogo Original sempre que julgar necessário.

**18.3.** Qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos contatar: Edson, responsável pelo(a) setor de patrimônio pelo telefone 45-33215348-das 8h às 12h e das 13h às 16h.

### **19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**19.1.1.** A responsabilidade pela gestão deste contrato conforme atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Edson Marcos Gonçalves- CPF: 02011601967-email: [edson.goncalves@unioeste.br](mailto:edson.goncalves@unioeste.br)- telefone: 45 3321-5348.

**19.1.2.** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato conforme atribuições definidas nos art. 11 e 12

do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Luiz Carlos Schimitez-CPF: 70290253934- email: [luiz.schimitez@unioeste.br](mailto:luiz.schimitez@unioeste.br) telefone: 45 3321-5396.

**19.1.3.** O servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**20.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## 21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

**21.1.** Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Cascavel, 5 de junho de 2024.

**Edson Marcos Goncalves**

**Setor de patrimônio**

**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**

### Mapa de Risco

Risco	Causa	Dano/ Consequência	Probabilidade (1 a 5)	Impacto (1 a 5)	Classif. (ref. Matriz)	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência (se o risco se concretizar)	Responsável
1. Morosidade do processo de contratação	- Transição entre a legislação atual e a nova lei de licitações, Lei 14.133/21 / devido à falta de experiência das partes - Morosidade das tramitações do processo - Tramitações incorretas do processo	Unidades locais desassistidas do serviço por um período maior do que o esperado	3	3	Médio	Monitoramento do tempo de tramitação em cada etapa do processo de trabalho, para evitar morosidade nas tramitações	Setor de patrimônio	Acionar as partes responsáveis para realizar as providências necessárias com celeridade, e providenciar a tramitação do processo	Setor de patrimônio
2. Impugnação de Edital ou questionamentos	- Descritivo técnico ou exigências do Edital	Morosidade na conclusão do processo	4	3	Alto	Submeter a minuta do Termo de Referência às áreas técnicas para revisão	Setor de patrimônio	Providenciar as respostas aos questionamentos/ impugnações o mais breve possível. Ou, acionar as partes envolvidas para que o façam	Setor de patrimônio
3. Licitação Deserta	- Falta de interesse de fornecedores locais	Morosidade na conclusão do processo	1	3	Baixo	Realizar a divulgação da publicação do Edital ao banco de fornecedores	Setor de patrimônio	1) Republicar o Edital imediatamente após o resultado do certame; 2) em caso de reincidência do	Setor de licitações

								resultado, providenciar Dispensa de Licitação com embaçamento em licitação deserta	
4. Licitação Fracassada	- Fornecedores participantes não atendem aos requisitos do Edital	Unidades locais desassistidas do serviço por um período maior do que o esperado	1	4	Médio	Realizar a divulgação da publicação do Edital ao banco de fornecedores e Setor de Compras; reforçando aos interessados a necessidade de atenção às exigências do Edital	Setor de patrimônio  Setor de compras	1) Republicar o Edital imediatamente após o resultado do certame; 2) em caso de reincidência do resultado, providenciar Dispensa de Licitação com embaçamento em licitação fracassada (se couber), ou providenciar a instrução de novo processo licitatório	Setor de licitações  2) Setor de patrimônio e licitações
5. Registro de recursos administrativos	- Participantes da licitação não concordam com o resultado	Morosidade na conclusão do processo	3	3	Médio	Elaborar pareceres robustos de aprovação das propostas vencedoras e análise dos documentos de habilitação; e de forma transparente	Setor de patrimônio e licitações	Providenciar as respostas aos recursos o mais breve possível. Ou, acionar as partes envolvidas para que o façam	Setor de patrimônio e licitações



**Matriz de Risco**

**3. MATRIZ DE RISCO**

<b>I M P A C T O</b>	<b>Muito Alto 5</b>	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
	<b>Alto 4</b>	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	<b>Médio 3</b>	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	<b>Baixo 2</b>	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto
	<b>Muito baixo 1</b>	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
		<b>Raro</b>	<b>Pouco Provável</b>	<b>Provável</b>	<b>Muito Provável</b>	<b>Praticamente certo</b>
<b>PROBABILIDADE</b>						

## **Anexo II - DOS DOCUMENTOS**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de compras eletrônicas conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

### **2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

2.1. Comprovante de constituição da empresa:

2.1.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;

2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;

2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

2.2. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

### **3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

3.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

3.6. Fazenda Municipal;

3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

### **4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

4.1. O fornecedor deverá encaminhar:

4.1.1. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

**5.1.** Autorização de Funcionamento (AFE) do proponente expedida pelo Ministério da Saúde, exigência da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; demais legislações pertinentes: Portaria nº 2.814, de 29 de maio de 1998, republicada em 18 de novembro de 1998, Portaria 802, de 08 de outubro de 1998, republicada em 07 de abril de 1999, Lei Federal 13043/2014 - Capítulo II, art. 99, 100 e anexo II.

**5.2.** Licença Sanitária atualizada do proponente emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, dentro da validade.

**5.2.1.** Estando a licença vencida, deverá apresentar protocolo da solicitação de revalidação, acompanhada da licença vencida.

**5.3.** Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de Protocolo. Autorização de Funcionamento da proponente emitida pela ANVISA conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA), perfeitamente legível e destacada. Disponível em: Acessado em: 25 ago. 2017a.

**6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM:**

**6.1.** Registro / Cadastro/ Notificação do Produto / Equipamento no Ministério da Saúde conforme Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências e suas alterações, para os itens considerados produtos para a saúde, inclusive para produtos importados. Disponível em: Acessado em: 25 ago. 2017a. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico:

[http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta\\_Produto\\_correlato/consulta\\_correlato.asp](http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto_correlato/consulta_correlato.asp) ou cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação; estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. Somente serão aceitos protocolos de revalidação do registro com data mínima de 6 (seis) meses antes do seu vencimento, considerando dia, mês e ano, de acordo com o § 6º do art. 12 da Lei nº 6360/76.

**6.1.1.** Para os produtos para a saúde dispensados de registro e cadastro, as empresas deverão apresentar cópia do respectivo ato formal de dispensa de registro, conforme as Resoluções da diretoria colegiada e alterações (RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001; RDC nº 207, de 17 de novembro de 2006; e RDC nº 40, de 26 de outubro de 2015) da ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

**6.2.** Autorização de Funcionamento (AFE) do fabricante/detentor do registro expedida pelo Ministério da Saúde, exigência da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013; demais legislações pertinentes: Portaria nº 2.814, de 29 de maio de 1998, republicada em 18 de novembro de 1998, Portaria 802, de 08 de outubro de 1998, republicada em 07 de abril de 1999, Lei Federal 3043/2014 - Capítulo II, art. 99, 100 e anexo II.

**6.3.** Licença Sanitária atualizada do detentor do registro/fabricante emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, dentro da validade.

**6.3.1.** Estando a licença vencida, deverá apresentar protocolo da solicitação de revalidação, acompanhada da licença vencida.

**6.3.2.** Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de Protocolo. Autorização de Funcionamento da proponente emitida pela ANVISA conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA), perfeitamente legível e destacada. Disponível em: Acessado em: 25 ago. 2017a.

**6.4.** Manual técnico do equipamento em língua portuguesa (Brasil);

**6.5.** Catálogo do produto proposto com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros);

**6.5.1.** Os catálogos e manuais na língua portuguesa (Brasil) deverão ser apresentados legíveis, com a indicação do produto em oferta.

## **7. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**7.1.** Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**7.2.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.2.1.** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**7.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**7.4.** Na hipótese do item 7.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**7.5.** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**7.6.** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).

**Anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0513/2024      Ano: 2024**

**DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:

CNPJ/CPF:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Constitui objeto desta licitação: Registro de Preço de **sistema de microscopia cirúrgica com vídeo angiografia e demais fluorescências para neurocirurgia, eletrocirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar-neurologia e eletrocirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar-urologia. para atender a demanda do Centro Cirúrgico do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP., para atender às demandas do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.**

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Descrição do item que demonstre que o produto ofertado atende ao descritivo solicitado no termo de referência, <b>informar marca/modelo/referência, registro do produto</b> (se exigido no descritivo).						

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Local, 5 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Orientações para preenchimento da proposta:**

Quando o produto for isento de registro, pode ser informado que o mesmo é isento.

A proposta deverá ser elaborada observando-se o quantitativo de cotação de quantidade (vedada a cotação parcial ou inferior à exigida em cada um dos itens que compõem o Anexo I). Não deverão ser cotados produtos que não atendam às especificações mínimas previstas nos itens do Anexo I, sob pena de desclassificação.

O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve



ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

**Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Cidade, 5 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

**Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- atendemos e aceitamos todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
- nos responsabilizamos pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a esta empresa efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
- para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
- atendemos ao Decreto n.º 10.086, de 2022 do art. 362, cumpro o disposto no item 6, referente as regras de SUSTENTABILIDADE conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), fornecerei à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
  - aqueles inerentes a documentos de identificação;
  - referentes a participações societárias;
  - informações inseridas em contratos sociais;
  - endereços físicos e eletrônicos;
  - estado civil;
  - eventuais informações sobre cônjuges;
  - relações de parentesco;
  - número de telefone;
  - sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
  - informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
- realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- Estou ciente que essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública e ainda que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local, 5 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 364/2023, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(     ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(     ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(     ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

(     ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Anexo VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

<b>PROCESSO LICITATÓRIO N.º</b>	<b>PROTOCOLO N.º</b>
<b>DATA DE PUBLICAÇÃO:</b>	<b>VALIDADE DA ATA:</b>

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Hospital Universitário do Oeste do Paraná, situada à Av. Tancredo Neves, 3224, Santo Onofre, Paraná, Brasil, aqui representado pelo Diretor Geral, Senhor xxxxx, nomeado pela Portaria n.º xxx - GRE, daqui por diante designado simplesmente de UNIOESTE, nos termos do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no menor preço n.º xxxxxxxx homologado pelo Diretor Geral da essa última atualização UNIOESTE - Hospital Universitário do Oeste do Paraná, para a futura e a eventual aquisição de xxxxx conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição xxxxxx, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:**

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

<b>Lote 1</b>	<b>Descrição do objeto</b>	<b>Exigências complementares</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Preço Unitário Registrado</b>	<b>Validade da Ata</b>
Item 1						

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

<b>Lote 2</b>	<b>Descrição do objeto</b>	<b>Exigências complementares</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Preço Unitário Registrado</b>	<b>Validade da Ata</b>
Item 1						

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado.

**3.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**3.3.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR**

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**5.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**5.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**5.1.2.2** O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR**

**6.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**6.1.1.** for liberado;

**6.1.2.** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**6.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

**6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

**6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.1.1** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.1.2** pelo cancelamento de todos os preços registrados;



**7.1.3** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.1.4** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1.** Constituem obrigações do Fornecedor:

**9.1.1.** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**9.1.3.** manter as condições de habilitação;

**9.1.4.** manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

**9.1.5.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**9.1.6.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**9.1.7.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**9.1.8.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.1.9.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**9.1.10.** manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.1.11.** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**9.1.12.** a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

**9.1.13.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.1.14.** o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

**9.1.15.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**9.1.16.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**9.1.17.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**9.1.18.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**9.1.19.** prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**9.1.20.** atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital

**9.1.21.** realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020

**9.1.22.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**9.1.23.** se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

**9.1.24.** Capacitação:

**9.1.25.** A empresa contemplada, responsável pelo equipamento, deverá realizar treinamento avançado em loco, no mínimo 40h, capacitação poderá ocorrer com no mínimo 3 dias de duração, atendendo aos turnos matutino, vespertino e noturno, posterior a instalação do equipamento. Os horários serão definidos junto ao setor de Educação Continuada e ao gestor do contrato.

**9.1.26.** A contratada poderá ainda ser acionada pelo HUOP para novas capacitações para o uso dos equipamentos sempre que julgar necessário.

**9.1.27.** A capacitação e instalação, deverá ser executada por profissional habilitado, sendo que todos os custos dela decorrente, como transportes, acomodação, alimentação, e o necessário para instalação, serão da competência exclusiva da contratada.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

**10.1.** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

**10.1.1.** tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

**10.1.2.** emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

**10.1.3.** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

**10.1.4.** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

**10.1.5.** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

**10.1.6.** providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e dos órgãos ou entidade demandante, quando couber.

**10.1.7.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.1.8.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.1.9.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.1.10.** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 99/2023 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).

**10.1.11.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.1.12.** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.1.13.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.1.14.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.1.15.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.1.16.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.1.17.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

**10.1.18.**

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a unidade da UNIOESTE que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA**

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Cascavel – Estado do Paraná.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

**14.1** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.2** A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet [www.comprasparaná.pr.gov.br](http://www.comprasparaná.pr.gov.br).

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

O Pregão Eletrônico nº 0513/2024 é realizado pela Pregoeira Cristiane Regina dos Santos Silva, designada na Portaria n.º 1003/2024.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO  
ÓRGÃO GERENCIADOR]

[PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA  
CONDUÇÃO DO PREGÃO]

**PROCESSO LICITATÓRIO PE      PROTOCOLO**

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

**Anexo à Ata de Registro de Preço**

**Declaração de Nepotismo**

Empresa:
Responsável pelas informações:
Telefone de contato:

**ATENÇÃO**

Para efeito da informação sobre a existência de parentes trabalhando no Governo do Estado, objeto da declaração abaixo, devem ser observados os seguintes tipos de relação consanguínea ou afim:

Pai/Mãe	Avô(ó)	Bisavô(ó)	Filho(a)	Neto(a)
Bisneto(a)	Tio(a)	Irmão (ã)	Sobrinho(a)	Cunhado(a)
Cônjuge	Companheiro(a)	Sogro(a)	Padrasto/Madrasta	Enteado(a)

Eu, acima identificado, DECLARO, sob as penas da lei que **as respostas referem-se a todos os sócios da empresa**, e, em atendimento ao disposto no art. 53, inciso IV do Decreto Estadual 10.086/2022, são verdadeiras as informações e respostas constantes deste documento, estando ciente que será anexado a processos administrativos e constituirá documento público, assim como das implicações em termos de responsabilidade, inclusive e especialmente nos âmbitos administrativos, cível e criminal, em caso de insinceridade:

	Sim	Não
Trabalho como empregado, cooperado ou de qualquer outra forma vinculado à pessoa jurídica conveniada ou contratada pelo Governo do Estado, E POSSUO um parente trabalhando ou vinculado ao Governo do Estado do Paraná, em qualquer de seus órgãos ou entidades, incluindo suas autarquias e fundações, essas públicas e sociedades de economia mista?	( )	( )
Administro ou sou sócio com poder de direção de pessoa jurídica conveniada ou contratada pelo Governo do Estado do Paraná e possuo, em qualquer de seus órgãos ou entidades, incluindo suas autarquias e fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive detentor de cargo em comissão ou função de confiança?	( )	( )

Caso tenha respondido SIM à pergunta acima relacione no quadro abaixo o(s) familiar(es) com vínculo(s) com o Governo do Estado:

Nome	Parentesco	Matrícula/C PF	Cargo/Função	Órgão

Declaro ainda, em atendimento ao disposto no art. art. 53, inciso IV do Decreto Estadual 10.086/2022, declaro, sob responsabilidade civil e criminal, que os sócios da empresa não mantem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.


Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Decreto



**Anexo VIII - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

 <p><b>unioeste</b> UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ</p>		<p><b>Universidade Estadual do Oeste do Paraná</b> Tancredo Neves 85806470 Cascavel PR CNPJ 78.680.337/0007-70 I.E. Isento Fone 33215151 Fax E-mail huop.oc@unioeste.br</p>		<p><b>Ordem de Compra/Serviço</b> LICITAÇÃO Data Modalidade Solicitante Mot. Cancel C.R.</p>			
<b>ORDEN DE COMPRA/SERVIÇO NUMERO:</b>							
Fornecedor		Cidade		CEP	UF		
Endereço		CNPJ/CPF		I.E.			
Fone / Fax							
Contato							
E-mail							
Cód. credor							
Item	Código Material	Descrição	Marca	Qtde	UM	Vi. Unit.	Vi. Total
1							
						Total	
						Total Geral	
<b>Prazo Entrega</b>		Tipo Frete		Cif - Frete por conta do Fornecedor			
Local Entrega		Valores em		Real			
Condição de Pgto 30 Dias		Hr Entrega					
<p><b>Observação:</b> Enviar Nota Fiscal Eletrônica para os e-mail's:</p> <p>huop. @unioeste.br.</p> <p>A entrada para o local de entrega destes materiais está localizada na Rua</p> <p>OBSERVAÇÃO: Não aceitamos o Boleto Bancário, somente pagamento por Transferência Bancária.</p>							
<b>INFORMAÇÕES PARA O FORNECEDOR</b>							
» Emitir Nota Fiscal fatura para: Razão Social:				CNPJ: (		Endereço: RUA	
» Local de Entrega: Hospital Universitário do Oeste do Paraná - Endereço: Av. Tancredo Neves, 3224 - Bairro: Santo Onofre - CEP: 85806-470 - Cidade: Cascavel-PR.							
» Deve constar obrigatoriamente na Nota Fiscal o número desta Ordem de Compra, local de entrega e código do credor. A isenção do ICMS nas vendas internas está previsto no Decreto Estadual 7.871/2017.							
» É obrigatório a emissão de Nota Fiscal Eletrônica em substituição aos modelos 1 e 1A. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto ou na inexecução total ou parcial desta Ordem de Compra, será aplicada multa por dias de atraso conforme determinam as Leis 8.666/1993 e 15.608/2007. Para efetivação do pagamento a empresa deverá estar com o CRF - Certificado de Regularidade Fiscal válido conforme Decreto Estadual 9762/2013, de 19/12/2013.							
<b>INFORMAÇÕES EXCLUSIVAS DA UNIOESTE</b>							
Informação contábil							
Conta contábil		Rubrica				Valor	
Printed on:		Page 1		OC:		CSUP00114	

## Anexo IX - MINUTA DO CONTRATO

### CONTRATO DE GARANTIA Nº /2024 – HUOP

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (HUOP), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 78.680.337/0007-70, situada na Av. Tancredo Neves, 3224, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas e Diretor Geral do HUOP, Sr. Rafael Muniz de Oliveira, CPF sob o n.º 315.165.618-80, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º, com sede na, neste ato representado por, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO DE GARANTIA o qual será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do () do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1. OBJETO

1.1., conforme descrito no Termo de Referência e constante no Anexo I deste contrato.

#### 2. FUNDAMENTO

2.1. Este contrato decorre do -HUOP, objeto do processo administrativo n.º, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º xxx, de xxx e conforme ato de homologação nas fls. xxx deste protocolo.

#### 3. REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

- 3.1. O Contrato será executado sob o regime de execução indireta.
- 3.2. Após a assinatura do Contrato, para solicitação dos equipamentos, será emitida uma ordem de compra.
- 3.3. A entrega dos equipamentos, terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.

#### 4. VIGÊNCIA:

4.1. O contrato terá vigência de 12 meses, contados a partir de .

## **5. FONTE DE RECURSOS:**

5.1. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/unidade: 4534

Programa de trabalho: 8078

Elemento despesa: 4490.52.08

Fonte: 899

## **6. VALOR CONTRATUAL**

6.1. O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

6.2. O valor total do contrato é de R\$ (xxxxxxxxxx).

6.3. No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

## **7. DO REAJUSTE**

7.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

7.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

7.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

7.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

7.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **8. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:**

21.2. Após a assinatura da Ata, para solicitação dos equipamentos, será emitida uma ordem de compra e um contrato de garantia do equipamento.

21.3. Fornecimento será com entrega única.

21.4. A entrega dos equipamentos, terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.

21.5. A entrega deverá ser realizada no Hospital Universitário. Avenida Tancredo Neves, 3224 – Bairro Santo Onofre – Setor de patrimônio- fone (45) 3321-5343, e, instalados no Centro cirúrgico – CEP 85806-470 – Cascavel – Paraná.

**21.6.** Os produtos deverão ser novos, entregues em embalagens originais, estarem dentro das especificações em edital, atestados e instalados no Centro cirúrgico/HUOP.

- Horário de entrega/realização do serviço: A entrega deverá ser realizada no período das 09h às 15h, de segunda à sexta-feira exceto finais de semana e feriados.

E-mail: huop.patrimonio@unioeste.br

**21.7.** O prazo de validade, na data da entrega deverá ser de conforme especificado no item 1.1.1.

**21.8.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**21.9.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**21.10.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**21.10.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**21.11.** Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**21.12.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**21.13.** A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição.

**21.14.** Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

## **9. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**9.1.** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas, de acordo com a Resolução 099/2023 – COU ou instrumento que vier a substituí-lo, arts. 10 a 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022 e ainda CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e CAPÍTULO XVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**9.2.** Os responsáveis abaixo serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, conforme Portaria xxx.

**9.2.1.** Gestor: , setor: Patrimônio, e-mail: huop.patrimonio@unioeste.br; telefone 3321-5348;

**9.2.2.** Fiscal: , setor: Patrimônio, e-mail: huop.patrimonio@unioeste.br; telefone 3321-53481.

## **10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### **10.2. São obrigações do Contratado:**

10.2.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.2.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.2.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.2.6. manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.2.7.1. a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

10.2.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.9. o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

10.2.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.2.10.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.2.10.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.2.10.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2.10.4. prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

10.2.11. atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital

10.2.12. realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020

10.2.13. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2.14. se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

10.2.15. **Capacitação:**

10.2.16. **A empresa contemplada, responsável pelo equipamento, deverá realizar treinamento avançado em loco, no mínimo 40h, capacitação poderá ocorrer com no mínimo 3 dias de duração, atendendo aos turnos matutino, vespertino e noturno, posterior a instalação do equipamento. Os horários serão definidos junto ao setor de Educação Continuada e ao gestor do contrato.**

10.2.17. **A contratada poderá ainda ser acionada pelo HUOP para novas capacitações para o uso dos equipamentos sempre que julgar necessário.**

10.2.18. **A capacitação e instalação, deverá ser executada por profissional habilitado, sendo que todos os custos dela decorrente, como transportes, acomodação, alimentação, e o necessário para instalação, serão da competência exclusiva da contratada.**

10.3. **São obrigações do Contratante:**

10.3.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.3.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 99/2023 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).

10.3.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.3.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.3.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.3.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.3.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.3.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;



10.3.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO**

11.1. As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.2. O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

11.3. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.4.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.5. No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.6. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

11.6.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

## **13. DA GARANTIA DOS BENS**

13.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

13.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente,

com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 99/2023 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).

13.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

13.1.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

13.1.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

13.1.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

13.1.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

13.1.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

13.1.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

14.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro)

dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. E na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

## **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

15.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4. O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

16.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

16.2.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação

original;

16.2.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

16.2.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3. As alterações previstas serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

## **17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

17.1. O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão

firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

18.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Cascavel – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.5. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cascavel, 5 de junho de 2024.

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Contratante**

Rafael Muniz de Oliveira  
Diretor Geral do HUOP

**- Contratada**

**Testemunhas:**



ANEXO I – Descrição dos itens, quantidades e valores

Item	Código	Material	Un. Med	Qtde	VI. Unit	VI total
01	76755	<p>SISTEMA DE MICROSCOPIA CIRÚRGICA COM VÍDEO ANGIOGRAFIA E DEMAIS FLUORESCÊNCIAS PARA NEUROCIRURGIA. GMS: 6515.61937</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Corpo de Microscópio com zoom motorizado apocromático com fator 1:6 ou 6:1;</li> <li>-Sistema de sistema de focalização automática, sem a necessidade de acionamento do botão de focalização no joystick;</li> <li>-Objetiva variável com faixa mínima de ajuste entre 225mm ou menor à 600mm ou maior, sem troca de objetiva;</li> <li>-Movimento XY motorizado controlado pelo joystick e pedal;</li> <li>-Divisor de raios integrado para coobservação (Carona) com inclinação mínima entre 30 - 150°</li> <li>-Sistema Frente à Frente com inclinação de 0-180°;</li> <li>-Diafragma de campo luminoso com sistema de controle de abertura automático;</li> <li>-Desbloqueio dos freios eletromagnéticos, controle do zoom, focalização XY, intensidade luminosa e navegação nas mãos através de Joystick multifuncional;</li> <li>-Tela de no mínimo 24" 3D 4K integrada ou externa para visualização da imagem gerada pela câmera de vídeo;</li> <li>-Controle das funções do aparelho e visualização dos valores da distância de trabalho, aumento (zoom) e intensidade luminosa, feitos através de tela touchscreen em braço articulado ou em painel no corpo do equipamento;</li> <li>-Estativa de Solo com freios eletromagnéticos em todos os eixos, braço com extensão de pelo menos 1.730 mm, eixo central com rotação de 360 graus;</li> <li>-Integração a rede hospitalar via interface LAN e Modem e DICOM;</li> <li>-Sistema de Autobalanceamento automático;</li> <li>-Sistema de Iluminação integrada com lâmpada de Xênon de no mínimo 300Watts com intensidade ajustável no joystick e lâmpada reserva Xênon de mesma potência com sistema semiautomático ou automático de troca de lâmpada;</li> <li>-Ajuste automático da intensidade luminosa, com sistema de proteção para o paciente;</li> <li>-Capa anti-poeira e protetor de lente;</li> <li>-Cabo de ligação de rede e cabo de vídeo compatíveis com o sistema do microscópio;</li> <li>-Ótica angulada para frente a frente;</li> <li>-Pedal de comando que permita acionar no mínimo as seguintes funções: ajuste de intensidade, zoom, focalização e movimento X/Y;</li> <li>-Câmera de vídeo com definição 3D de alta resolução totalmente integrada a cabeça ótica do microscópio;</li> <li>-Sistema integrado de gravação de resolução mínima Full HD que permite armazenar imagens fixas e vídeo em resolução mínima Full HD com armazenamento interno de no mínimo 1TB, editar as imagens e vídeos e exportar através de 2 saídas USB;</li> <li>-Tubo binocular inclinável de 0 a 180 graus para frente a frente;</li> <li>-Oculares grande angular de 10x ou 12,5x com ajuste de dioptria entre +8 a -8 ou +5 a -5;</li> <li>-Sistema de coobservação secundária (Carona) com inclinação de no mínimo 30 - 150° e rotação nos 3 eixos e giro de imagem de 360 graus.</li> <li>-Sistema de Vídeo Angiografia Digital dentro do corpo do microscópio compatível com contraste Indocianina verde;</li> <li>-Sistema de fluorescência investigativa compatível com contraste fluoresceína sódica; Sistema de fluorescência tumoral compatível com contraste 5-ala</li> <li>-Sistema integrado de gravação em visualização em 3D 4k feitos através de câmera integrada ao corpo do microscópio, que permita visualização em monitor da estativa e saída para visualização em monitor externo de alta resolução;</li> <li>-Sistema de injeção de imagens que permite a visualização de imagens geradas por equipamentos externos na binocular principal.</li> <li>- Alimentação elétrica bivolt automática;</li> <li>- Possibilidade de Integração futura com neuronavegação de pelo menos duas marcas premium que possuam registro na anvisa;</li> <li>- DOCUMENTAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);</li> <li>- AFE e Licença sanitária. (detentor do registro e proponente);</li> <li>- Apresentar manual de instrução em língua portuguesa e catálogo;</li> </ul> </li> </ul>	Un	1		

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;</li> <li>- Garantia mínima de 24 meses a partir da instalação do equipamento.</li> <li>- Código br aproximado: 458424</li> </ul>				
1	76756	<p>- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR (NEUROCIRURGIA) CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO: GMS: 6515.48224</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade eletro cirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar, coagulação monopolar e bipolar, que possibilite a adaptação de um módulo de coagulação por plasma de argônio;</li> <li>• Display digital colorido, manuseável por touchscreen de mínimo 8", que possibilita visualizar e alterar todos os parâmetros de potência elétrica do corte, coagulação monopolar ou bipolar, subdividida dentro da mesma;</li> <li>• Botão frontal de liga / desliga, frequência nominal de no mínimo 350 kHz;</li> <li>• Memória para armazenamento de programação de no mínimo 300 programas personalizados (procedimentos cirúrgicos) pelo usuário, sendo que no mínimo 10 programas principais pré-estabelecidos de fábrica;</li> <li>• Sistema de dosagem automático de regulação de potência entregue ao tecido e sistema de segurança contra operação incorreta com leitura de impedância tecidual constante;</li> <li>• Dosagem de saída de potência elétrica de forma automática para todas as técnicas de corte e coagulação de acordo com a impedância tecidual;</li> <li>• Sistema de segurança de placa neutra, que monitora o eletrodo neutro, verificação automática da placa do paciente, checagem automática de conexão da placa do paciente (plugue e cabo) com checagem da impedância em tempo real, checagem da orientação otimizada da placa do paciente;</li> <li>• Ativação das funções de corte e coagulação pelo pedal, possível, com botão específico que possibilita a escolha entre dois subprogramas pré configurados; com segurança de acordo com as normas internacionais IP X8 e AP;</li> <li>• Atribuição de pedal de acionamento conforme tomada de saída escolhida;</li> <li>• Diferenciação sonora e por cores durante funcionamento de corte e coagulação;</li> <li>• Comandável por caneta e por pedal em corte e coagulação monopolar ou bipolar;</li> <li>• No mínimo 05 (cinco) Plugs / Soquetes, distribuídos da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 02 (dois) Plugs multifuncionais incluindo padrão três pinos;</li> <li>• 02 (dois) Plugs padrão bipolar (No mínimo);</li> <li>• 01 (um) plug para conexão de placa de paciente, quando da utilização de instrumentos monopolares;</li> </ul> </li> <li>• Programação integrada e conexão UART para comunicação para serviços técnicos;</li> <li>• Processadores digitais de última geração que trazem uma rápida regulação;</li> <li>• Sistema de uso guiado e orientado para os instrumentos e modos cirúrgicos.</li> </ul> <p>MONTAGEM:</p> <p>Em carro de transporte, vertical, com todos os equipamentos sob o mesmo carro;</p> <p>CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamentos montados em carro de transporte;</li> <li>- Faixa de funcionamento: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Corrente de entrada de 8A/4A;</li> <li>• Operação em rede elétrica de 100-120V ou 200-240 volts – 50-60 Hertz;</li> <li>• Frequência nominal do gerador de alta frequência de 350KHz;</li> </ul> </li> <li>- Dimensões físicas aproximadas: 430x180x475mm (VARIAÇÃO DE +/- 10%)</li> <li>- Tipos de controle: Touchscreen</li> <li>- Modo de indicação e registro dos parâmetros:</li> <li>- Programação salva com os nomes dos procedimentos e indicações e parâmetros de acordo com os respectivos procedimentos como por exemplo Polipectomia, Mucosectomia, ESD, POEM e outros necessários na Endoscopia.</li> </ul> <p>MODOS DE CORTE MONOPOLAR</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Corte puro com potência máxima de saída regulável em passos de 1W, que vai até 400W a 200 ohm de carga nominal, com 9 escalas de efeito; utilizando uma tensão de forma sinusoidal constante de pico que vai de 400 até 750 Volts;</li> <li>• Corte Seco com potência máxima de saída regulável em passos de 1W, que vai até 200W a 500 ohm de carga nominal; com 9 escalas de efeito, utilizando uma tensão de forma sinusoidal modulado de pico que vai de 1400 até 1600 Volts;</li> <li>• Dois (02) cortes endoscópicos com potência máxima de saída regulável em</li> </ul>	un	1		

		<p>passos de 1w, até 400W a 500 ohm de carga nominal, com várias escalas de efeito, e ciclos com fase corte e coagulação.</p> <p>FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR (NEUROCIRURGIA):</p> <p>MODOS DE CORTE BIPOLAR</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Corte Puro com potência máxima de saída regulável em passos de 1W, que vai até 200W a 75 ohm de carga nominal, com 9 escalas de efeito; utilizando uma tensão de pico que vai até 400 Volts;</li> <li>• Corte de Ressecção Bipolar com potência máxima de saída de no mínimo 300W na incisão e 250W no ciclo restante a 75 ohm de carga nominal, com 3 escalas de efeito;</li> </ul> <p>MODOS DE COAGULAÇÃO MONOPOLAR;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coagulação forçada monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 120W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 9 níveis de efeito;</li> <li>• Coagulação suave monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até 120W, a 75 ohm de carga nominal, ou mais;</li> <li>• Coagulação rápida monopolar forçada não cortante com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 80W, com carga nominal entre 500 e 1000 ohm;</li> <li>• Coagulação gêmea monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até 120W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 3 escalas de efeito;</li> <li>• Coagulação forçada mista monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal;</li> <li>• Coagulação em spray monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 4 escalas de efeito;</li> </ul> <p>MODOS DE COAGULAÇÃO BIPOLAR;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coagulação forçada bipolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W que vai até no mínimo 100W, com efeito regulado via medição de impedância;</li> <li>• Coagulação suave bipolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W que vai até no mínimo 120W;</li> <li>• Coagulação bipolar laparoscópica com potência de saída regulável em passos de 1W até 120W;</li> <li>• Coagulação gêmea bipolar com potência máxima de até 60W preferível.</li> </ul> <p>SEGURANÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Condições ambientais para transporte e armazenamento da unidade</li> <li>- Temperatura -20°C a +50°C</li> <li>- Umidade relativa 0%-90%, sem condensação</li> <li>- Condições ambientais para operar a unidade</li> <li>- Temperatura +10°C a +40°C</li> <li>- Umidade relativa 30%-75%, sem condensação.</li> </ul> <p>ACESSÓRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (um) cabo de conexão monopolar;</li> <li>• 01 (um) caneta monopolar, autoclavável para no mínimo 300X validado pela fábrica, conexão 4mm, aproximadamente 145mm;</li> <li>• 01 (um) cabo de conexão bipolar;</li> <li>• 01 (um) cabo para placa neutra de paciente;</li> <li>• 01 (um) pedal duplo para unidade eletrocirúrgica, com função de troca de modo cirúrgico;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 160mm x 0,3mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 180mm x 0,3mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm x 0,3mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm x 0,3mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 160mm x 0,6mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 180mm x 0,6mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm x 0,6mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm x 0,6mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 180mm x 1,0mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm x 1,0mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm x 1,0mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 240mm x 1,0mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 200mm x 2,0mm;</li> <li>• 01 (um) Pinça Bipolar, Non-Stick, Autoclavável, 220mm x 2,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Agulha, reto, 1,0mm;</li> </ul>				
--	--	--	--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Agulha, angulado 45 graus, 1,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, reto, 1,5mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, angulado 45 graus, 1,5mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, reto, 2,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, angulado 45 graus, 2,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, reto, 4,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, angulado 45 graus, 4,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Bola, reto, 6,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 5,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 10,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 14,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Alça cônica, reto, 17,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Placa angulada, reto, 8,0mm;</li> <li>• 05 (Cinco) Eletrodo tipo Placa angulada, reto, 10,0mm</li> </ul> <p>- DOCUMENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);</li> <li>- AFE e Licença sanitária. (detentor do registro e proponente);</li> <li>- Apresentar manual de instrução em língua portuguesa BRASIL, e catálogo;</li> <li>- Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;</li> <li>- Garantia mínima de 12 meses a partir da instalação do equipamento.</li> <li>- Código br aproximado: 470959</li> </ul> <p>-GMS: 6515 - 48224</p>				
3	76757	<p>- UNIDADE ELETROCIRÚRGICA DE ALTA FREQUÊNCIA PARA CORTE MONOPOLAR E BIPOLAR (UROLOGIA) CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO: GMS: 6515.48224</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade eletro cirúrgica de alta frequência para corte monopolar e bipolar, coagulação monopolar e bipolar, que possibilite a adaptação de um módulo de coagulação por plasma de argônio;</li> <li>• Display digital colorido, manuseável por touchscreen de mínimo 8", que possibilite visualizar e alterar todos os parâmetros de potência elétrica do corte, coagulação monopolar ou bipolar, subdividida dentro da mesma;</li> <li>• Botão frontal de liga / desliga, frequência nominal de no mínimo 350 kHz;</li> <li>• Memória para armazenamento de programação de no mínimo 300 programas personalizados (procedimentos cirúrgicos) pelo usuário, sendo que no mínimo 10 programas principais pré-estabelecidos de fábrica;</li> <li>• Sistema de dosagem automático de regulação de potência entregue ao tecido e sistema de segurança contra operação incorreta com leitura de impedância tecidual constante;</li> <li>• Dosagem de saída de potência elétrica de forma automática para todas as técnicas de corte e coagulação de acordo com a impedância tecidual;</li> <li>• Sistema de segurança de placa neutra, que monitora o eletrodo neutro, verificação automática da placa do paciente, checagem automática de conexão da placa do paciente (plugue e cabo) com checagem da impedância em tempo real, checagem da orientação otimizada da placa do paciente;</li> <li>• Ativação das funções de corte e coagulação pelo pedal, possível, com botão específico que possibilita a escolha entre dois subprogramas pré configurados; com segurança de acordo com as normas internacionais IP X8 e AP;</li> <li>• Atribuição de pedal de acionamento conforme tomada de saída escolhida;</li> <li>• Diferenciação sonora e por cores durante funcionamento de corte e coagulação;</li> <li>• Comandável por caneta e por pedal em corte e coagulação monopolar ou bipolar;</li> <li>• No mínimo 05 (cinco) Plugs / Soquetes, distribuídos da seguinte forma:</li> <li>• 02 (dois) Plugs multifuncionais incluindo padrão três pinos;</li> <li>• 02 (dois) Plugs padrão bipolar (No mínimo);</li> <li>• 01 (um) plug para conexão de placa de paciente, quando da utilização de instrumentos monopolares;</li> <li>• Programação integrada e conexão UART para comunicação para serviços técnicos;</li> <li>• Processadores digitais de última geração que trazem uma rápida regulação;</li> <li>• Sistema de uso guiado e orientado para os instrumentos e modos cirúrgicos.</li> </ul> <p>MONTAGEM: Em carro de transporte, vertical, com todos os equipamentos sob o mesmo carro;</p> <p>CARACTERÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO:</p>	un	1		

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamentos montados em carro de transporte;</li> <li>- Faixa de funcionamento:</li> <li>- Corrente de entrada de 8A/4A;</li> <li>- Operação em rede elétrica de 100-120V ou 200-240 volts – 50-60 Hertz;</li> <li>- Frequência nominal do gerador de alta frequência de 350KHz;</li> <li>- Dimensões físicas aproximadas: 430x180x475mm (VARIAÇÃO DE +/- 10%)</li> <li>- Tipos de controle: Touchscreen</li> <li>- Modo de indicação e registro dos parâmetros:</li> <li>- Programação salva com os nomes dos procedimentos e indicações e parâmetros de acordo com os respectivos procedimentos como por exemplo Polipectomia, Mucosectomia, ESD, POEM e outros necessários na Endoscopia.</li> </ul> <p><b>MODOS DE CORTE MONOPOLAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Corte puro com potência máxima de saída regulável em passos de 1W, que vai até 400W a 200 ohm de carga nominal, com 9 escalas de efeito; utilizando uma tensão de forma sinusoidal constante de pico que vai de 400 até 750 Volts;</li> <li>• Corte Seco com potência máxima de saída regulável em passos de 1W, que vai até 200W a 500 ohm de carga nominal; com 9 escalas de efeito, utilizando uma tensão de forma sinusoidal modulado de pico que vai de 1400 até 1600 Volts;</li> <li>• Dois (02) cortes endoscópicos com potência máxima de saída regulável em passos de 1w, até 400W a 500 ohm de carga nominal, com várias escalas de efeito, e ciclos com fase corte e coagulação.</li> </ul> <p><b>MODOS DE CORTE BIPOLAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Corte Puro com potência máxima de saída regulável em passos de 1W, que vai até 200W a 75 ohm de carga nominal, com 9 escalas de efeito; utilizando uma tensão de pico que vai até 400 Volts;</li> <li>• Corte de Ressecção Bipolar com potência máxima de saída de no mínimo 300W na incisão e 250W no ciclo restante a 75 ohm de carga nominal, com 3 escalas de efeito;</li> </ul> <p><b>MODOS DE COAGULAÇÃO MONOPOLAR;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coagulação forçada monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 120W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 9 níveis de efeito;</li> <li>• Coagulação suave monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até 120W, a 75 ohm de carga nominal, ou mais;</li> <li>• Coagulação rápida monopolar forçada não cortante com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 80W, com carga nominal entre 500 e 1000 ohm;</li> <li>• Coagulação gêmea monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até 120W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 3 escalas de efeito;</li> <li>• Coagulação forçada mista monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal;</li> <li>• Coagulação em spray monopolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W até no mínimo 100W, a 500 ohm de carga nominal, com no mínimo 4 escalas de efeito;</li> </ul> <p><b>MODOS DE COAGULAÇÃO BIPOLAR;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coagulação forçada bipolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W que vai até no mínimo 100W, com efeito regulado via medição de impedância;</li> <li>• Coagulação suave bipolar com potência máxima de saída regulável em passos de 1W que vai até no mínimo 120W;</li> <li>• Coagulação bipolar laparoscópica com potência de saída regulável em passos de 1W até 120W;</li> <li>• Coagulação gêmea bipolar com potência máxima de até 60W preferível.</li> </ul> <p><b>SEGURANÇA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Condições ambientais para transporte e armazenamento da unidade</li> <li>- Temperatura -20°C a +50°C</li> <li>- Umidade relativa 0%-90%, sem condensação</li> <li>- Condições ambientais para operar a unidade</li> <li>- Temperatura +10°C a +40°C</li> <li>- Umidade relativa 30%-75%, sem condensação.</li> </ul> <p><b>EXIGÊNCIAS NORMATIVAS:</b></p> <p>Possuir registro válido na ANVISA.</p> <p><b>ACESSÓRIOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (um) cabo de conexão monopolar;</li> </ul>				
--	--	--	--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (um) cabo de conexão bipolar;</li> <li>• 01 (um) cabo para placa neutra de paciente;</li> <li>• 01 (um) pedal duplo para unidade eletrocirúrgica, com função de troca de modo cirúrgico;</li> <li>• 01 (um) Uretero-Renoscópio, com excelente resolução de imagem e luminosidade de alta tecnologia, com comprimento de trabalho útil de 425mm, Distal=6Fr, canais de trabalho de 4,0Fr ou 2,4FR, permitindo o uso com 2 instrumentos simultâneos, 2 portas para irrigação/aspiração, ângulo de visão AV=8°, estojo para esterilização em policarbono ou material superior autoclavável a 1340C;</li> <li>• 02 (dois) Ótica para Cistoscopia, 300 Graus, 302mm x 4,0mm, Autoclavável;</li> <li>• 01 (um) Camisa Endoscópica p/Cistoscopia, obturador, com 2 torneiras, 21FR;</li> <li>• 01 (um) Peça Guia com 1 canal de trabalho;</li> <li>• 01 (um) Pinça para Biopsia Flexível, 370mm x 7,0FR;</li> <li>• 01 (um) Pinça para Corpo Estranho Flexível, 370mm x 7,0FR;</li> <li>• 01 (um) Tesoura Flexível, 370mm x 7FR;</li> <li>• 02 (dois) Estojos para esterilização em policarbono ou material superior autoclavável a 1340C;</li> <li>• 01 (um) Elemento de trabalho passivo bipolar p/ cirurgia endoscópica com solução salina, 4/263mm;</li> <li>• 01 (um) Camisa ressectoscópica bipolar, interna/externa de uso contínuo, rotatória, 26FR, com obturador;</li> <li>• 01 (um) Cabo de diatermia;</li> <li>- DOCUMENTAÇÃO</li> <li>- Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);</li> <li>- AFE e Licença sanitária. (detentor do registro e proponente);</li> <li>- Apresentar manual de instrução em língua portuguesa BRASIL, e catálogo;</li> <li>- Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;</li> <li>- Garantia mínima de 12 meses a partir da instalação do equipamento.</li> <li>- Código br aproximado: 470959</li> <li>-GMS: 6515 - 48224</li> </ul>				
--	--	--	--	--	--	--